

Trabalho 519

CURSOS PARA FORMAÇÃO DE PARTEIRAS, OBSTETRIZES E ENFERMEIRAS OBSTÉTRICAS NO BRASIL

Maria Alice Tsunechiro¹

Maria Luiza Gonzalez Riesco²

Os primeiros cursos de formação de parteiras foram criados em 1832 anexos às duas faculdades de medicina existentes na época, Bahia e Rio de Janeiro. Tinham pouca procura pelo alto custo e pelos limites sociais impostos ao sexo feminino na época. Em São Paulo, o Curso de Obstetrícia fundado em 1902, como parte do projeto que criava a Escola de Farmácia e de Odontologia, funcionou até 1912. Nesse ano, foi aberta a Escola de Parteiras da Maternidade de São Paulo, anexada posteriormente à Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina de São Paulo. No início do século XX, percebia-se mudança no discurso médico, como a necessidade da parteira ser antes de tudo enfermeira. Desde 1921, foi incluída no currículo da Escola de Parteiras de São Paulo, a disciplina Enfermagem Geral. Em 1925, foi baixado um decreto federal suprimindo o curso de parteiras e criando o de enfermeiras das maternidades anexas às faculdades de medicina, o que ocasionou o fechamento do curso de parteiras do Rio de Janeiro. De 1932 a 1949, toda a legislação do ensino de parteiras estava contida na legislação do ensino da medicina. Os médicos eram os responsáveis pela criação da escola, organização do regulamento, currículo e docência. Na década de 1940, a Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, pioneira na formação de enfermeiras obstétricas, criou um curso para o preparo especializado em enfermagem obstétrica. Em 1949, uma lei federal previa o fim dos cursos de parteiras, pela incorporação destes aos cursos de enfermagem, com especialização em assistência obstétrica. A lei foi acatada por quase todos os estabelecimentos de ensino. Algumas escolas de enfermagem abriram cursos com habilitação em Enfermagem Obstétrica e a maioria das escolas de parteiras foi fechada. O Curso de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da USP funcionou

¹ Enfermeira obstétrica. Doutora em Enfermagem. Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

² Enfermeira Obstétrica. Livre Docente. Professora Associada do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Trabalho 519

2

por 58 anos, sendo incorporado à Escola de Enfermagem da mesma Universidade, em 1971. A partir de 1972, as escolas de Enfermagem foram as responsáveis pela formação especializada e pela preservação da profissão, titulando obstetrizas e enfermeiras obstétricas. Durante 30 anos, a via formal para qualificar profissionais não médicos para a assistência aos partos normais era posterior à formação de enfermeira. Com o crescente interesse das escolas de enfermagem pelos cursos de especialização, em 1998, a ABENFO deliberou algumas recomendações: denominação do Curso como Especialização em Enfermagem Obstétrica; carga horária de 400 a 600 horas, um terço destinado à teoria e dois à prática. Na última década, como política para redução da taxa de cesarianas, o Ministério da Saúde incentivou a formação de enfermeiras obstétricas, financiando cursos de especialização de curta duração, em todo o país. Em 2005, teve início o Curso de Obstetrícia da USP para formar obstetrizas pela via direta, com ênfase nos conhecimentos da área de humanidades e uma formação prática de base comunitária. A proposição desta modalidade de formação, separada da enfermagem, não significa um retrocesso ou confronto com o modelo de assistência defendido por enfermeiras obstétricas; expressa a resistência de mulheres, parteiras, obstetrizas e enfermeiras à obstetrícia hospitalocêntrica.

Referência:

Jorge DR. Evolução da legislação federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil. São Paulo; 1976. (Tese de Livre-Docência) Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Enfermagem obstétrica. Obstetrícia. História. Educação.